

# Plenário iguala crime de tortura a terrorismo e tráfico

Da Sucursal de Brasília

O plenário do Congresso constituinte manteve ontem, em duas votações consecutivas, o texto do Centrão que classifica a prática de tortura, o tráfico de drogas, os crimes hediondos e o terrorismo de crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia. Os partidos de esquerda e os "históricos" do PMDB defendiam a proposta da Comissão de Sistematização, que dava estas características, mais a imprescritibilidade, apenas à prática de tortura.

A questão foi discutida durante cerca de duas horas, a partir das 16h20. Primeiro, foi votado destaque do deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), que pretendia recuperar o texto da Sistematização. Ele foi rejeitado por falta de quórum qualificado (de 280 votos), obtendo 240 votos a favor, 279 contra e seis abstenções. Em seguida foi votada a emenda do deputado José Genoino (PT-SP), que suprimia alguns termos do texto do Centrão e o tornava idêntico ao da Sistematização. Ela foi rejeitada por 315 votos, contra 191 e 20 abstenções.

A polêmica em torno do assunto já era esperada. Este foi um dos cinco temas do Capítulo 1 ("Dos Direitos Individuais e Coletivos") do Título 2 itens em que não houve acordo entre o Centrão e a "esquerda", apesar das inúmeras tentativas. Ao final dos discursos que precederam a segunda votação, os ataques se tornaram áspers. Enquanto Genoino defendia sua emenda, por exemplo, podiam-se ouvir gritos de "causa própria", vindos do plenário (Genoino participou da guerrilha do Araguaia e não se considera terrorista).

Terminados os discursos, o deputado Amaral Netto (PDS-RJ) pegou o microfone e gritou: "Quem não for terrorista vote contra". Roberto Freire (PCB-PE), de imediato, pediu à Mesa que desconsiderasse a afirmação, que era "indigna de constar dos anais de uma casa democrática". Mas houve também um momento de descontração. Gerson Peres (PDS-PA) iniciou seu segundo discurso, em favor da proposta do Centrão, dizendo: "O nobre colega (Genoino) está querendo dar a entender ao Brasil que nós estamos contra a tortura". A "esquerda" começou a rir e Peres se corrigiu.

Ao defender seu destaque, Antônio



O presidente do PMDB, da Câmara dos Deputados e do congresso constituinte, Ulysses Guimarães, discursa no plenário

Mariz disse que a tortura era um crime do Estado contra o cidadão e que sua "singularidade" exigia um tratamento especial na Constituição. O mesmo argumento foi utilizado pelo deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), para quem a punição à prática de tortura precisava ter seu "alcance correto" e não podia ser comparada ao terrorismo. O parecer da relatoria foi favorável.

Gerson Peres disse que o terrorismo era ainda mais hediondo do que a tortura, porque esta era individual e o terrorismo coletivo. Gastone Righi (PTB-SP), que também defendeu a proposta do Centrão, disse que a tortura não era

apenas um crime do Estado. "É também a do pai contra a filha, para extorquir o nome do sedutor, é a da Inquisição da Igreja Católica, e a da Klu Klux Klan" (congregação racista norte-americana), disse. Righi alegou também que a tortura era praticada contra uma pessoa, especificamente, e que no terrorismo "a vítima pode ser a criança de colo, o cego, o mudo e o surdo".

Após a primeira votação, Genoino subiu à tribuna e disse que queria lembrar nas sessões de tortura, as "cadeiras de dragão" (instrumento de tortura), os choques elétricos em órgãos genitais e os "companheiros" mortos após serem torturados. Disse

que a tortura transformava os seres humanos em farrapos e que ela era um "ato de covardia, um crime que fere a essência do ser humano".

"O terrorismo não é o caminho para as transformações, mas não pode ser comparado com a tortura. Não há uma Constituição no mundo que faça esta comparação", alegou. Em seguida, afirmou que não se tratava de uma questão ideológica, mas humanitária.

Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) subiu em seguida à tribuna e afirmou que "o terrorista de hoje pode ser um herói amanhã". Segundo ele, um cidadão que matasse o general Pinochet (presidente do

Chile) seria um terrorista, se o regime sobrevivesse, mas seria um herói se o regime fosse derrubado. "Quem é terrorista hoje pode ser um chefe de Estado amanhã", concluiu.

Ferreira Lima mal havia terminado de falar e o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), do Centrão, colocou as duas mãos na cabeça. Ele se dirigiu imediatamente à tribuna, ruborizado, e disse: "Estou pasmo. Não posso entender o que ouvi". José Lourenço afirmou que não podia aceitar a defesa do terrorismo e afirmou que não estava tentando proteger os que violentaram a consciência nacional (os que praticaram a tortura no Brasil).

"Quemos puni-los, mas também queremos punir os terroristas covardes".

Após a primeira votação, como o texto do Centrão seria mantido sem obter 280 votos (metade mais um), Genoino e Roberto Freire levantaram questões de ordem para denunciar a "fraude". Genoino disse que "a nação brasileira foi envolvida numa fraude, num engodo". "A Constituição está sendo fraudada", disse Freire. Gastone Righi retrucava, fora do microfone, ao que Freire respondia: "Fraudador, fraudador". Na segunda votação, entretanto, a proposta do Centrão obteve mais votos do que precisava (315).

## Constituintes rejeitam a adoção da pena de morte

Da Sucursal de Brasília

Por 392 votos contra 90 e 18 abstenções, o plenário do Congresso constituinte rejeitou ontem uma emenda do deputado Amaral Netto (PDS-RJ) que propunha a implantação da pena de morte para os crimes de assalto, roubo, sequestro e estupro seguidos de morte. A nova Constituição permitirá a pena de morte apenas para os casos de guerra declarada. O plenário proibiu também a adoção da prisão perpétua, do banimento e de trabalhos forçados.

Logo em seguida a esta votação, o plenário rejeitou a adoção da prisão perpétua para assalto ou roubo, seguidos de morte, e para os crimes de sequestro, de estupro e de produção ou tráfico de drogas. Por 317 votos contra 135 e dezessete

abstenções, a proposta do deputado Eliel Rodrigues (PMDB-PA) foi derrotada.

Amaral Netto disse que voltará a defender a implantação da pena de morte durante a votação das "Disposições Transitórias". A defesa de sua emenda quase foi prejudicada, porque o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), que integra o Centrão assim como Amaral, falou contra a proposta depois de ter se comprometido em defendê-la.

Além de um ataque apaixonado do deputado José Genoino (PT-SP), o parecer do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, foi de forte influência para a rejeição da emenda. Apesar de ter tido um irmão assassinado, Cabral foi contra a implantação da pena de morte.

## Plenário aprova obrigatoriedade do diploma

Do enviado especial a Brasília

Por 304 votos a 192, e num rápido processo de encaminhamento e votação, em que uma pequena questão semântica gerou o que o líder do PTB, Gastone Righi, qualificou propriamente de "samba do crioulo doido", o plenário constituinte manteve ontem o dispositivo aprovado pela Comissão de Sistematização, pelo qual só a lei complementar poderá eventualmente mudar a obrigatoriedade de diploma específico para o exercício do jornalismo.

O parágrafo 9º do artigo 6º da Constituição permanecerá afirmando: "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir".

A proposta ontem derrotada, assinada coletivamente por mais de 280 integrantes do Centrão, era bastante semelhante. Mas com duas diferenças: era precedida pela frase "O trabalho é

dever de todos", e, ao expor o princípio genérico, mencionava apenas "as qualificações que a lei exigir", suprimindo da expressão a palavra "profissionais".

Foi este o ponto em que se centrou uma curta e tempestuosa polêmica. De um lado, o deputado Antônio Britto (PMDB-RS), autor do destaque pelo qual o texto da Sistematização seria mantido, e de outro o petebista Gastone Righi, defensor do texto do Centrão. Ambos diziam, surpreendentemente, que defendiam a manutenção da obrigatoriedade do diploma, atribuindo ao adversário intenções opostas.

Argumento de Righi: mencionando-se apenas as "qualificações que a lei exigir", engloba-se o diploma e ainda se deixa aberta a brecha para a exigência de outros atributos, como bons antecedentes judiciais ou nacionalidade brasileira.

Argumento de Britto: o Centrão queria diluir a exigência do diploma com outras qualificações que enfa-

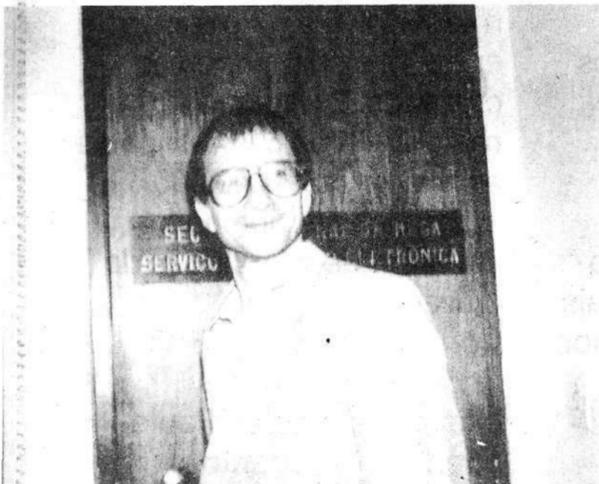
queceriam a atual regulamentação da profissão de jornalista.

O curioso é que a 29 de outubro, quando a Comissão de Sistematização aprovou por 70 votos a sete a fórmula a ser agora incorporada definitivamente ao texto constitucional, Righi e Britto estavam do mesmo lado: o do lobby montado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), ontem ausente do plenário.

A confusa polêmica de ontem teve dois outros protagonistas na tribuna, sem que nem um nem o outro reduzissem a dimensão de sutileza redacional a diferença entre "qualificações" e "qualificações profissionais". Mendes Ribeiro (PMDB-RS), encaminhando a favor do destaque de Britto, afirmou que "para exercer o jornalismo é preciso de um diploma específico de faculdade". Por sua vez, Paes Landim (PFL-PI), assumindo uma posição antagônica, combateu "as tentativas corporativistas que acabam fortalecendo o Estado".

Paradoxo: Landim, um dos articuladores do Centrão, foi apoiado no momento da votação por ao menos dois peemedebistas de São Paulo que são seus adversários notórios, o senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado José Serra. Tanto Serra como Cardoso sempre se opuseram à reserva corporativista de mercado nas profissões de natureza intelectual.

O "samba do crioulo doido", entre 17h10 e 17h50, contrastou com a clareza das propostas em jogo na votação do final de outubro. Na época, contrapondo-se à formulação genérica que acabou prevalecendo, havia a proposta, do primeiro substitutivo de Bernardo Cabral, pelo qual a lei "não poderá impedir o livre exercício de profissões vinculadas à expressão direta do pensamento, das letras e das artes, e só estabelecerá regime de exclusividade para o exercício de profissão que possa causar risco à saúde física ou mental, à liberdade, ao patrimônio ou à incolumidade pública". (JBN)



O técnico alemão Ewin Haas, que consertou o painel eletrônico do plenário

## Técnico alemão faz conserto parcial do painel eletrônico

Da Sucursal de Brasília

O sistema eletrônico de votações do Congresso constituinte voltou a funcionar ontem, depois de ter sido testado pelos próprios parlamentares, durante cerca de 20 minutos. Ele foi parcialmente consertado pelo engenheiro alemão-ocidental Ewin Haas, que chegou ontem de manhã a Brasília. Em cada votação, o painel ainda deixa de registrar cerca de cem votos, que são digitados em seguida pelos parlamentares nos quatro "pontos avulsos" do plenário.

O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, disse aos parlamentares que a velocidade de processamento dos votos, pelo computador central, tinha sido aumentada em quatro vezes (os votos são computados em menos de um minuto). Segundo ele, no próximo fim-

de-semana, os técnicos farão com que a velocidade seja aumentada em mais quatro vezes.

Os próprios parlamentares tiveram que testar o sistema, pois segundo Ulysses, só se conseguiu reunir, pela manhã, cerca de 200 funcionários para o teste (são 459 cadeiras com dispositivo para votação). Como os parlamentares não se sentavam para iniciar a simulação, ele reclamou: "Tenho a impressão de que minha voz não está sendo ouvida. É hora de votar, não de conversa". No segundo teste, os parlamentares precisavam votar, anular o voto e votar de novo. Ulysses então disse: "Repetimos o voto, agora pra valer". Todos ficaram surpresos, mas Ulysses esclareceu rápido: "Pra valer em termos de simulação, claro".



## DEPUTADO OFERECE PENICILINA À CUT

O deputado Jayme Paliarin (PTB-SP) surpreendeu o plenário do Congresso constituinte, na sessão de ontem, ao levar um penicilo para a tribuna (foto). "Agora a CUT (Central Única dos Trabalhadores) pode

defecar à vontade", gritava o deputado, mostrando o penicilo de plástico azul, onde colou um papel branco com a inscrição CUT, que acabara de tirar de uma caixa embrulhada com papel de presente.

## Sessões serão adiantadas 30 minutos

Da Sucursal de Brasília

As sessões do Congresso constituinte começarão meia hora mais cedo a partir de hoje (às 13h30), para que o processo de votação seja acelerado. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente do Congresso constituinte, do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, que pediu aos parlamentares para discursar menos aproveitando o máximo possível o tempo das sessões para a votação.

A proposta inicial de Ulysses — modificada a pedido do deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) — era de



## PLANTÃO MÉDICO NO PLENÁRIO

Munido de calmantes e comprimidos para enxaqueca, o clínico Marcelo Martins Almeida (foto) passou a acompanhar, desde ontem, todas as sessões do plenário do Congresso constituinte. Almeida foi escalado

pelo serviço médico da Câmara dos Deputados. A principal "missão do médico — que recebe o auxílio de um enfermeiro — é diminuir o número de saídas dos parlamentares do plenário.

## Congresso vota hoje espaço na TV

Da Sucursal de Brasília

O Congresso Nacional vai votar hoje, às 9h, através das lideranças partidárias, um substitutivo ao projeto do senador Afonso Camargo (PTB-PR) que restringe o acesso dos partidos a programas políticos em cadeia de rádio e televisão. Ontem, pela manhã, foi aprovada a urgência para a votação da emenda.

O projeto do senador Camargo prevê que as emissoras são obrigadas a realizar, em rede, anualmente, uma transmissão de uma hora para cada partido que tenha representação nas Assembleias Estaduais, e duas transmissões de uma hora em âmbito nacional para cada um dos partidos com representantes no Congresso. Pelo substitutivo terão acesso somente os partidos com representantes no Congresso.